

Art. 15-D – Observados os limites mínimos constantes do § 3º do art. 8º, o parcelamento específico será concedido pelo prazo máximo de cento e oitenta meses e poderá ter parcelas:

I – definidas em função de percentual fixo da receita bruta média do sujeito passivo auferida no exercício anterior;

II – variáveis, em se tratando de sujeito passivo cuja atividade e receita estejam submetidas a fatos sazonais.

§ 1º – A concessão de parcelamento específico por prazo superior a cento e vinte meses fica condicionada ao oferecimento de garantia real, fiança bancária ou seguro garantia.

§ 2º – Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do *caput*, a diferença decorrente do escalonamento inicial com parcelas reduzidas será cobrada nas parcelas correspondentes ao último décimo de parcelas do total concedido, de forma que o saldo remanescente do crédito tributário seja quitado no prazo de até cento e oitenta meses.

Art. 15-E – Tratando-se de parcelamento concedido na forma desta subseção, o percentual a que se refere o § 4º do art. 8º será inversamente proporcional ao prazo do parcelamento, variando de 20% (vinte por cento), no caso de parcelamento em sessenta e uma parcelas, até 0% (zero por cento), no caso de parcelamento em cento e oitenta parcelas.

Art. 15-F – Aplicam-se ao parcelamento específico:

I – o Bônus de Adimplência;

II – as disposições gerais relativas ao parcelamento sumário, no que couber.

Art. 15-G – O Bônus de Adimplência será majorado:

I – em 20% (vinte por cento), quando oferecida, como garantia, fiança bancária;

II – em 10% (dez por cento), quando oferecida garantia real.”.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 29 de agosto de 2019; 231º da Inconfidência Mineira e 198º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO

Controladoria-Geral do Estado

Controlador-Geral: Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Expediente

DESPACHOS

O Controlador-Geral do Estado, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 47.588, de 28 de dezembro de 2018, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Ordem de Serviço nº 003/2017-FHEMIG, com extrato publicado no Diário Oficial de 08/02/2017, considerando o Relatório Final, o Parecer/Núcleo Técnico COGE nº 176/2019 e o julgamento proferido, DEMITE Fernando Silva Ferreira, MASP 1.088.729-7, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, admissão 1, Hospital Cristiano Machado, Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, nos termos do art. 244, inciso V, pela prática da infração prevista no art. 249, inciso I, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952.

Conforme o art. 2º do Decreto nº 47.588/18, o servidor terá 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar pedido de reconsideração.

O Controlador-Geral do Estado, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 47.588, de 28 de dezembro de 2018, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/AST/SEE nº 74/2017, com extrato publicado no Diário Oficial de 04/08/2017, considerando o Relatório Final da Comissão Processante, o Parecer/Núcleo Técnico COGE nº 175/2019 e o julgamento proferido, DEMITE Daniel Rocha, Masp. 1.015.060-5, ocupante do cargo de Professor de Educação Básica, admissão 1, lotado na SRE/Metropolitana C, Secretaria de Estado de Educação, nos termos do artigo 244, inciso V, por descumprir os deveres previsto no artigo 216, incisos I, II, V e VI, praticar a proibição constante no artigo 169 e se enquadrar no artigo 245, parágrafo único, e no artigo 256 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952.

Conforme o art. 2º do Decreto nº 47.588/18, o servidor terá 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar pedido de reconsideração.

Controladoria-Geral do Estado, Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geral do Estado

29 1266800 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Gério Patrocínio Soares

Expediente

ATO DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

N.444/2019

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no artigo 99 da Lei Complementar n. 65, de 16 de janeiro de 2003, e em conformidade com o disposto na Deliberação n. 005/2005, designa os Defensores (as) Públicos (as) Flávia Américo Rodrigues Pereira - MADEP 0284-D/MG, Estevão Machado de Assis Carvalho - MADEP 0596-D/MG eSamantha Vilariño Mello Alves– MADEP 0585-D/MG, para, sob a presidência da primeira, constituírem a comissão processante encarregada de conduzir o procedimento administrativo disciplinar n. 1049.1512.2017.0.004.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2019.

Gério Patrocínio Soares

Defensor Público Geral

29 1266385 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Giovane Gomes da Silva

Expediente

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PES-SOAL – Retifica o ato de concessão de FÉRIAS PRÊMIO alusivo à servidora civil, LORENNA MAYARA DE LIMA SANTOS, conforme publicado no MG n. 141, de 20/07/19 e transcrito no BGPM n. 55, de 23/07/19. Onde se lê: 165.381-5, LORENNA MAYARA DE LIMA SANTOS, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 01/06/2019, Leia-se: 165.621-4, LORENNA MAYARA DE LIMA SANTOS, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 01/06/2019.

29 1266609 - 1

EXTRATO DE SOLUÇÃO PORTARIA
PMMG/10º RPM - EXTRATO DE SOLUÇÃO PSC 109.452/2019-EM/10º RPM. O Tenente Coronel PM Chefe do EM-10º RPM, no uso de suas atribuições legais previstas no art.16, inciso III da Res. nr 4289/2014-CG c/c art. 171 e ss. da Lei Estadual n. 7109/77, e art. 46 e ss. da Lei Estadual 14.184/02 c/c artigos 219 e 252 da Lei Estadual 869/52, tendo em vista o que consta do Processo de Servidor Civil n. 109.452/2019, com extrato publicado no Diário Oficial de 18/06/2019, considerando o relatório final da Comissão Processante e o julgamento proferido, aplica a pena disciplinar de REPREENSÃO, ao servidor N.R.G, Masp.: 165.178-5, ocupante do cargo de Assistente Administrativo da PMMG, ASPM-1C, lotado na Seção Frota/EM/10º RPM, pelo descumprimento do previsto no inciso VI, do art. 216 da Lei 869/1952 c/c artigo 1º, incisos IX e X, artigo 5º, incisos III e XVII, todos do Decreto nº 43.885/2004, e artigo 6º, incisos III, IV e XVI da Resolução nº 4.289/2014.

Patos de Minas - MG, 27 de agosto de 2019.

29 1266306 - 1

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

– CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CF/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 123.125-7, LUCIANA DE PINHO TAVARES SOUSA, PEBPM1A-24, referentes ao 1 º, 2º, 3º e 4º lustro, a partir de 28/06/2017.

29 1266557 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº 169/CGPC/2019

O Corregedor-Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, no exercício de suas funções, e Considerando o que contém o inciso III do art. 33, da Lei Complementar nº 129/13;

Considerando a manifestação do Presidente da Comissão Processante, exarada nos autos do Processo Administrativo nº 233.976/2017, que ainda se encontra em fase de instrução, no sentido da necessidade de aditamento da Portaria que determinou sua instauração;

Resolve:

I – Aditar a Portaria nº 174/CGPC/2017 datada de 17/07/17, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 20/07/17, para excluir o acusado R.R.D., Investigador de Polícia, Nível I, Masp 458.336-5, do polo passivo do citado Processo Administrativo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Ferreira

Delegado Geral de Polícia

Corregedor-Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 170/CGPC/2019

O Corregedor-Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, no exercício de suas funções, e Considerando a manifestação levada a efeito no Sindicância Administrativa nº 133.459/CGPC/2009;

Resolve:

1) Revogar a Portaria nº 096/CGPC/2016, datada de 17/05/16 e publicada no “Boletim Interno” de 20/05/16 e no “Minas Gerais” de 20/05/2016, que determinou a instauração do Processo Administrativo nº 133.459/CGPC/2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Ferreira

Delegado Geral de Polícia

Corregedor-Geral de Polícia Civil

29 1266842 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

72.105 - no uso de suas atribuições, nos termos do § 8º do art. 17, c/c art. 22, inciso IV, ambos da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, remove Ailton Aparecido de Lacerda, Delegado-Geral de Polícia, MASP 340.424-1, para responder pelo cargo de Delegado Assistente da Chefia da Polícia Civil, dispensando-o de responder pelo expediente do 7º Departamento de Polícia Civil de Divinópolis.

72.106 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Arlen Bahia da Silva, Delegado-Geral de Polícia, MASP 347.518-3, para prestar serviços na Delegacia Adida ao Juizado Especial Criminal/DEAJEC, dispensado-o de responder pelo cargo de Delegado Assistente da Chefia da Polícia Civil.

72.107 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Leticia Baptista Gamboge Reis, Delegada-Geral de Polícia, MASP 386.041-8, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Interestadual/POLINTER/SIJP, dispensando-a de responder pelo expediente do Instituto de Identificação/SIIP.

72.108 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Adriana de Barros Monteiro, Delegada-Geral de Polícia, MASP 667.955-9, para responder pelo expediente do Instituto de Identificação/SIIP, dispensando-a de responder pela Divisão Psico-Pedagógica/ACADEPOL.

72.109 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Flavio Tadeu Destro, Delegado-Geral de Polícia, MASP 1.060.810-7, para responder pelo expediente do 7º Departamento de Polícia Civil de Divinópolis, dispensado-o de responder pelo expediente do 14º Departamento de Polícia Civil de Curvelo.

72.110 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Diego Cardoso Matos, Delegado de Polícia Titular, MASP 1.174.340-8, para prestar serviços na 2ª Delegacia de Polícia Civil Sul/1º Depto., procedente da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Curvelo/ 14º Depto.

72.111 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Cinara da Rocha e Santos Lima, Delegada de Polícia, nível Especial, MASP 1.188.477-2, para prestar serviços na 1ª Delegacia de Polícia Civil Sul/1º Depto., procedente da 2ª Delegacia de Polícia Civil Sul/1º Depto.

72.112 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Meire Moreira Cardadeiro, Delegada de Polícia, nível Especial, MASP 1.237.913-7, lotada na 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Leopoldina, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

72.113 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 8 de novembro de 2013, Franklin Diarcio Domingues, Escrivão de Polícia, nível I, MASP 1.317.643-3, lotado na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Governador Valadares/ 8º Depto., pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 21/08/2019.

72.114 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Flavio Machado Fiuza, Investigador de Polícia, nível III, MASP 1.112.310-6, para prestar serviços no Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção a Pessoa, procedente da 4ª Delegacia de Polícia Civil Centro/1º Depto.

72.115 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Wanessa Andrade Messias, Investigadora de Polícia, nível III, MASP 1.114.009-2, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

72.116 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 8 de novembro de 2013, Mariana de Oliveira Souza Campara, Investigadora de Polícia, nível II, MASP 1.113.339-4, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Lavras, pelo período de 2 (dois) dias, a partir de 11/07/2019.

72.117 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 8 de novembro de 2013, Paulo de Oliveira Abrantes, Investigador de Polícia, nível II, MASP 1.242.797-7, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Tiradentes, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 05/08/2019.

72.118 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Wemerson Firmo da Costa, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.195.463-3, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Prata/3ª DRPC de Ituiutaba/9º Depto., procedente da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Frutal/5º Depto.

29 1266837 - 1

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

no uso de suas atribuições, **autoriza** ANA MARIA SOARES VALENTINI, Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a afastar-se de suas atribuições e ausentar-se do país, no período de 30/09/2019 a 04/10/2019, para interesse particular, sem ônus para o Estado, com prejuízo do vencimento e vantagens do cargo.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pelo Instituto Estadual de Florestas

retifica o ato de designação de **ELCE MARIE RIBEIRO**, do Instituto Estadual de Florestas, publicado em 14/08/2019: **onde se lê** “de 19/08/2019 a 01/09/2019”, **leia-se** “de 19/08/2019 a 28/08/2019”.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

no uso de suas atribuições, **declara extinta**, a partir de 12/08/2019, a prorrogação da disposição de **VANIA MOREIRA ARCANJO**, MASP 367266-4, lotada na Secretaria de Estado de Saúde, à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, pelo período de 01/01/2019 a 31/12/2019, para regularizar situação funcional.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

torna sem efeito, no ato de nomeação de Diretor de Escola Estadual, publicado em 29/06/2019, a parte referente a: SRE Barbacena Aracitaba 14991 - EE Coronel Francisco Homem MASP 1120533-3, **LIVIA INES BRAGA DE SOUZA ARAUJO**, PEB-adm. 3, PEB-adm. 4, DV.

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Patos de Minas Patos de Minas 119067 - EE Major Mota - MASP 390544-5, **CARLOS JOSÉ COIMBRA**, PEBIIO-adm. 2, DVI, a contar de 25/07/2019, para regularizar situação funcional.

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Caxambu Baependi 171042 - EE Nossa Senhora de Montserrat - MASP 269185-5, **ELZINA VIEIRA POMPEU**, EEBIIP-adm. 1, DII, a contar de 25/06/2019, para regularizar situação funcional.

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Ubá Ubá 181919 - EE Cesário Alvim - MASP 1211852-7, **GESYCA VARDIERI BOUZADA DO NASCIMENTO**, PEBIC-adm. 5, DV, a contar de 31/07/2019, para regularizar situação funcional.

exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Poços de Caldas Poços de Caldas 124761 - EE Francisco Escobar - MASP 299952-2, **LOURDES DE FÁTIMA GOUVÊA**, PEBIIP-adm. 1, DII, a contar de 25/06/2019, para regularizar situação funcional.

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Caxambu São Lourenço 174157 - EE Eurípedes Prazeres - MASP 333664-1,**MARIA JUMARA SILVEIRA SOUZA FERREIRA**, PEBIIP-adm. 1, DIV, a contar de 28/06/2019, para regularizar situação funcional.

retifica o ato de exoneração de Diretor de Escola de **MARIA CECÍLIA REIS MELO**, MASP 851791-4, **CÓDIGO ESCOLA 134635**, **EE GOVERNADOR MILTON CAMPOS, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI**, **SRE SÃO JOÃO DEL REI**, do(a) Secretaria de Estado de Educação, publicado em 08/06/2019: **onde se lê** “02/05/2019”, **leia-se** “03/05/2019”.

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **MARCELO DE BARROS GASPAR**, MASP 1272979-4, para o cargo de provimento em comissão DAD-8 EG1100058, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Governo.

PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **ADRIANA DE BARROS MONTEIRO**, MASP 667.955-9, cargo efetivo de Delegado-Geral de Polícia, código DL, do cargo em comissão de Chefe da Divisão Psico-Pedagógica, código CHD5, símbolo PC-05, da Academia de Polícia Civil, lotado no quadro de cargos da Polícia Civil de Minas Gerais.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, **exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **ARLEN BAHIA DA SILVA**, MASP 347.518-3, cargo efetivo de Delegado-Geral de Polícia, código DL, do cargo em comissão de Delegado Assistente, código DEL7 CD6, símbolo PD-01, do Gabinete da Chefia da Polícia Civil, lotado no quadro de cargos da Polícia Civil de Minas Gerais.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS**, MASP 386.041-8, cargo efetivo de Delegado-Geral de Polícia, código DL, do cargo em comissão de Diretor do Instituto de Identificação, código DIRL CD17, símbolo PD-02, da Superintendência de Informações e Inteligência Policial, lotado no quadro de cargos da Polícia Civil de Minas Gerais.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **MARILDA RIBEIRO RESENDE**, MASP 255462-4, a gratificação temporária estratégica GTED-2 ED1100337 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29/08/2019.

ATO ASSINADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão à disposição da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, de 27/07/2019 a 31/12/2019, com ônus para o cessionário, para regularizar situação funcional: JANICE PIMENTA BOREM, MASP 374462 / 0, AGENTE GOVERNAMENTAL, AGOV.

29 1266865 - 1

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320190829210718012.

